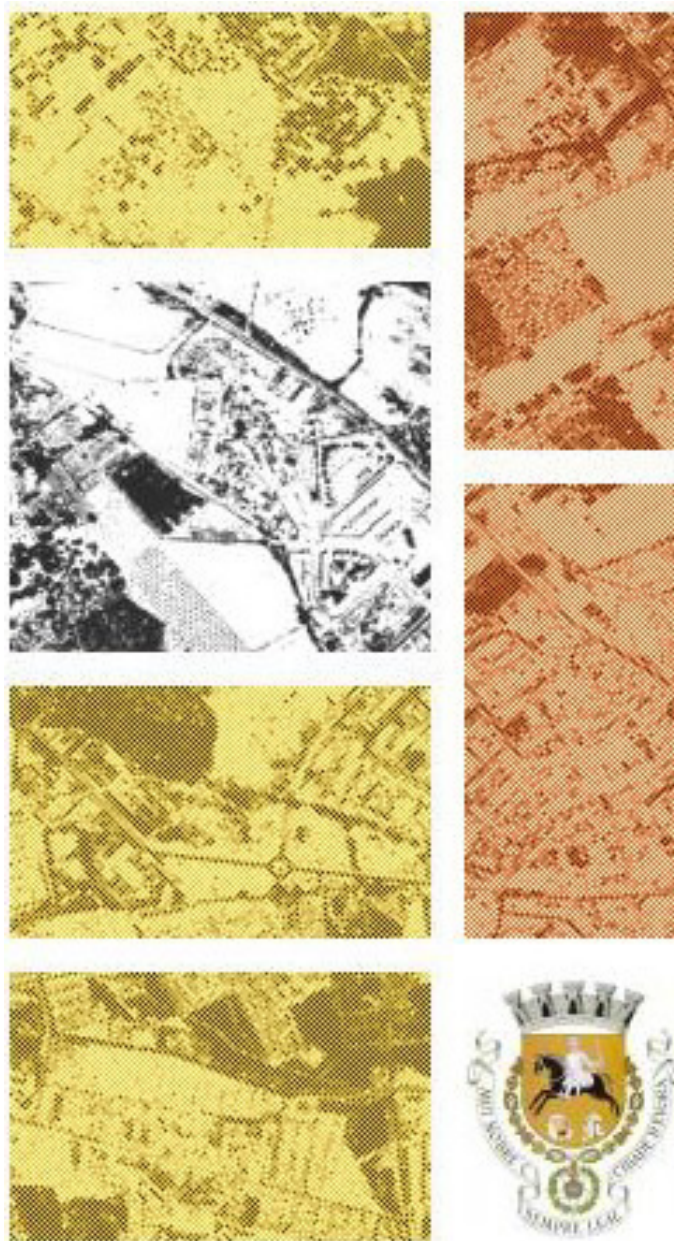


# MUNICÍPIO DE ÉVORA



## PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

### ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

OUTUBRO 2019

#### ANEXO VI

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL, USOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

## ÍNDICE

<b>1. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL.....</b>	<b>3</b>
I. ZONA COM INTERESSE NACIONAL E INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	4
<i>Zonas com elevado valor natural.....</i>	<i>5</i>
II. ZONAS COM INTERESSE REGIONAL OU LOCAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA .....	6
<i>Principais Linhas de Água e Respectivas Galerias Ripícolas .....</i>	<i>6</i>
<i>Manchas mais Importantes de Montados de Azinho, de Sobro e Mistos.....</i>	<i>7</i>
<i>Matos, Bosques Termófilos e Ecossistemas Rupícolas.....</i>	<i>8</i>
<i>Zonas com Especial Importância para a Conservação de Aves “Estepárias”.....</i>	<i>8</i>
III. ZONAS DE ENQUADRAMENTO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO.....	9
IV. ESTRUTURA VERDE URBANA.....	10
V. OUTRAS ZONAS INDISPENSÁVEIS À CONSERVAÇÃO DE RECURSOS E À REGULAÇÃO DOS PROCESSOS BIOFÍSICOS QUE PERMITEM O DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DAS ACTIVIDADES HUMANAS.....	10
<i>Zonas com Recursos Significativos (ou que têm influência marcante sobre tais recursos) .....</i>	<i>10</i>
<i>Zonas Também Fundamentais para o Equilibrado Funcionamento dos Processos Biofísicos, bem como Zonas em que se Detectam Elevados Riscos de Instabilidade, de Degradação e/ou de Insegurança.....</i>	<i>13</i>
<i>Outras zonas que Enquadram, Reduzem Impactes Negativos e Compensam Disfunções Decorrentes das Actividades Humanas.....</i>	<i>16</i>
<b>2. USOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS.....</b>	<b>21</b>
<i>A – Policultura em zonas de pequena e média propriedade.....</i>	<i>25</i>
<i>B - Montados de sobro e azinho a manter e valorizar .....</i>	<i>26</i>
<i>C – Sistemas intensivos de regadio (Perímetros de Rega).....</i>	<i>27</i>
<i>D – Matas e matos de protecção e recuperação.....</i>	<i>28</i>
<i>E – Sistemas florestais, silvopastoris e pratenses extensivos.....</i>	<i>30</i>
<i>F – Sistemas arvenses e pratenses pouco intensivos; vinha e olivais; sistemas silvopastoris ou florestais moderadamente intensivos.....</i>	<i>31</i>
<i>G – Sistemas florestais ou pastagens em situações húmidas .....</i>	<i>33</i>
<i>H – Sistemas arvenses intensivos; sistemas frutícolas ou pratenses; ou sistemas florestais intensivos .....</i>	<i>34</i>
<i>I – Sistemas intensivos, nomeadamente arvenses de sequeiro e de regadio, hortícolas ou frutícolas.....</i>	<i>36</i>



## 1. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A carta da Estrutura Ecológica Municipal de Évora corresponde a uma explicitação dos sistemas essenciais à sustentabilidade ambiental do concelho, complementando as Plantas de Ordenamento e de Condicionantes. Não se pretende, nesta carta, introduzir especificações com correspondência em normas do Regulamento (só têm transposição para o Regulamento as indicações que constam nas plantas de Ordenamento e de Condicionantes), mas indicações que permitem uma leitura mais imediata e geral dos sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, constituindo uma base importante para apoio a decisões de gestão territorial e para uma actuação mais concertada no domínio ambiental (embrião de um eventual Plano Municipal de Ambiente a desenvolver de futuro).

As indicações que constam desta carta pretendem dar resposta ao disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, nomeadamente nos seus artigos 12º, 14º (“Estrutura Ecológica”), 69º, 70º e 85º. Para a sua elaboração também foi tida em consideração a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro).

Neste contexto, a carta da Estrutura Ecológica Municipal de Évora inclui uma série de ocorrências diferenciadas, indicando-se para cada uma delas os critérios de delimitação espacial, o seu significado ecológico, bem como orientações para a sua futura gestão.

## I. ZONA COM INTERESSE NACIONAL E INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Encontra-se no concelho de Évora uma parte substancial do **SIC (Sítio de Interesse Comunitário) Monfurado**, que se prolonga para poente, já no concelho de Montemor-o-Novo. Este SIC corresponde a uma zona “(...) *dominada por importantes montados de sobre e azinho, bastante bem conservados, cuja importância é realçada pela sua situação geográfica à escala nacional, bem como pelas diversas influências climáticas que esta zona sofre.*

*Ocorrem também resquícios de carvalhais de Quercus faginea e Quercus pyrenaica (limite sul da sua distribuição em Portugal, assim como importantes comunidades dominadas por Calycotome villosa. Em termos faunísticos, em particular no que diz respeito aos Quirópteros, trata-se de uma zona de grande importância, não só de hibernação como também de reprodução” (ICN, 1996).*

Quanto à avifauna, a relativa homogeneidade dos montados e a existência de manchas de grande dimensão, contribui para a ocorrência de comunidades de aves com elevados valores de riqueza e diversidade: Rabaça *et al.* (1996) indicam valores de 35 a 38 espécies para algumas comunidades de aves nidificantes.

## ZONAS COM ELEVADO VALOR NATURAL

Estudos mais recentes<sup>1</sup> permitem distinguir no interior do SIC Monfurado seis “Zonas com elevado valor natural”:

- Mancha 1 – Considerada como a mais interessante de toda a área do SIC que está dentro dos limites do concelho de Évora. Inclui um montado denso (habitat 6310) e a área de montado com sub-estepe de gramíneas anuais de *Thero-Brachypodietea* (habitat 6220, prioritário de acordo com a legislação europeia e portuguesa). Apresenta também uma mancha que deve merecer uma atenção especial e que corresponde ao habitat 9240 (carvalhais-ibéricos de *Quercus faginea*) de que restam poucos resquícios em Monfurado. Trata-se ainda de uma área importante para as comunidades de mamíferos carnívoros, de onde se destaca o gato-bravo, espécie constante do anexo II e IV da Directiva Habitats, considerada rara e a passar, brevemente, ao estatuto de vulnerável.
- Manchas 2 e 3 - Em torno de duas albufeiras, incluindo parte das ribeiras que as alimentam e respectivos planos de água, destacam-se por:
  - Se tratar de zonas com importância como refúgio da avifauna aquática;
  - Os troços das linhas de água apresentarem um elevado grau de conservação (relativamente a toda a rede hidrográfica de Monfurado);
  - Aí ocorrer o habitat 6420 (pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas *Molinio-Holoschoenion*).
- Manchas 4, 5, e 6 - Áreas de montado com sub-estepe de gramíneas anuais de *Thero-Brachypodietea* (habitat 6220, prioritário de acordo com a legislação europeia e portuguesa). A mancha 4 inclui também o habitat 9240.

No que diz respeito a ameaças, há que realçar as alterações do uso do solo (nomeadamente com uma fragmentação das manchas de montado, o abate ilegal de árvores, ou uma desmesurada ocupação edificada) e uma gestão inadequada dos montados (podas excessivas, intensas e profundas mobilizações do solo, cortes exagerados da vegetação arbustiva, excessivo encabeçamento animal).

Neste Sítio de Interesse Comunitário aponta-se, no geral, para a manutenção e valorização dos montados não só porque estes garantem a conservação do carácter da paisagem como, principalmente, por corresponderem a uma exploração extensiva, racional e sustentável dos recursos

---

<sup>1</sup> Informação disponibilizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Direcção de Serviços de Conservação da Natureza, em Janeiro de 2004.

presentes. É fundamental manter a conectividade entre as manchas de montado, quer no interior do SIC Monfurado como relativamente a manchas consistentes que com ele contactam.

Tendo em conta a riqueza do património natural e cultural da serra, bem como a sua boa acessibilidade, o SIC Monfurado apresenta-se como particularmente interessante para o recreio e turismo de natureza. Em termos de edificabilidade fora dos perímetros urbanos (perímetros esses que devem ser contidos no sentido de fomentar a concentração dos aglomerados), deve incentivar-se ao máximo a recuperação de edifícios existentes. Para além desta, a possibilidade de construir novos edifícios deve ser fortemente condicionada pelos valores em presença, admitindo-se a construção de instalações de apoio às actividades agrícolas: de habitação própria do agricultor, seus familiares e de trabalhadores permanentes da exploração. No caso de equipamentos sociais, culturais, desportivos e/ou turísticos, para além do respeito pelo património natural e cultural, deverão articular-se com a actividade agrícola e florestal, obedecendo a estudo de conjunto relativo à totalidade da propriedade em que se implantam. Qualquer nova edificação será concentrada, à semelhança das tipologias de ocupação tradicional.

## **II. ZONAS COM INTERESSE REGIONAL OU LOCAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Incluem-se neste conjunto as áreas que, não tendo sido classificadas como de interesse europeu (Zonas de Protecção Especial para Aves Selvagens ou lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica mediterrânica), nem de interesse nacional (ao abrigo do Dec. Lei n.º 19/93 relativo às Áreas Protegidas), foram no entanto consideradas como tendo grande importância para a conservação. Estão aqui abrangidos os conjuntos consistentes de habitats naturais do Anexo I da Directiva Habitats<sup>2</sup>, bem como áreas significativas para a conservação das “aves estepárias”.

### **PRINCIPAIS LINHAS DE ÁGUA E RESPECTIVAS GALERIAS RIPÍCOLAS**

Seleccionaram-se, de entre as linhas de água incluídas na Reserva Ecológica Nacional, as que se consideram como estruturantes da drenagem natural do território concelhio. Quanto às galerias que acompanham, incluem-se tanto as existentes (galerias ripícolas mais significativas assinaladas nos desenhos relativos às “Zonas de elevada importância para a Conservação” e à “Avifauna”) como as que, por se encontrarem degradadas ou mesmo completamente destruídas, devem ser restabelecidas.

Associaram-se ainda às linhas de água seleccionadas os habitats correspondentes à ocorrência de solos hidromórficos ou para-hidromórficos adjacentes aos cursos de água.

---

<sup>2</sup> Dec. Lei n.º 140/99 que transpõe as directivas da União Europeia relativas à Conservação da Aves Selvagens e à Preservação dos Habitats Naturais e da Fauna e Flora Selvagens republicado pelo D.L. 49/05 de 24 de Fevereiro



A recuperação, conservação e valorização justifica-se devido ao papel essencial que desempenham nos processos de drenagem hídrica e atmosférica, bem como por conterem diversos habitats, alguns deles considerados prioritários para a conservação devido à sua dinâmica, diversidade e complexidade.

Nestas situações é necessário impedir as muito frequentes e deficientes acções de “limpeza das linhas de água” (envolvendo a destruição sistemática da vegetação ripícola, expressamente proibida na lei), limitar e ordenar o acesso de gado, assegurar faixas de protecção com um mínimo de 10 metros a partir das margens das linhas de água e aí promover o desenvolvimento da galeria natural. Quanto a estruturas edificadas, nestas situações só deve ser permitida a recuperação, reutilização ou construção das que têm uma relação directa com um aproveitamento equilibrado dos recursos hídricos (nomeadamente açudes, azenhas, barragens, ancoradouros), ou das pontes que permitam a transposição das linhas de água.

### MANCHAS MAIS IMPORTANTES DE MONTADOS DE AZINHO, DE SOBRO E MISTOS

De entre as vastas superfícies cobertas por montados no concelho de Évora, seleccionaram-se as manchas mais significativas tendo em consideração a superfície que ocupam, a sua relativa homogeneidade e a variedade de utilizações em sob-coberto.

Trata-se de formações que apresentam uma elevada estabilidade e produtividade e que, no contexto da região Mediterrânea, têm vindo a ser considerados como muito importantes para a conservação da biodiversidade, tendo em conta o seu interesse para muitas espécies prioritárias (nomeadamente em termos avifaunísticos, sabendo-se que as ornitocenoses associadas aos montados apresentam valores de riqueza elevados e uma dinâmica sazonal complexa). Estes sistemas agro-silvo-pastoris, tendendo progressivamente para a redução ou abandono da sua componente agrícola (passando a sistemas silvopastoris), correspondem a formas de exploração racionalmente extensiva e sustentável dos recursos presentes, com características notáveis quanto a multifuncionalidade.

Nas três grandes manchas de montados consideradas nesta categoria, podem referir-se como principais ameaças as alterações do uso do solo (conduzindo nomeadamente à fragmentação das manchas e ao abate ilegal de árvores), a edificação em situações pontuais e, principalmente, uma inadequada gestão destes sistemas - podas excessivas, intensas e profundas mobilizações do solo, destruição da vegetação arbustiva, excessivo encabeçamento animal -, o que, em conjunto, leva à falta de renovação dos montados e, portanto, à sua futura destruição. É ainda necessário considerar nestas vastas manchas de montado os riscos de incêndio, tanto mais significativos quanto se verifica a tendência para a extensificação dos sistemas de exploração e para a redução da já escassa presença humana permanente.

O elevado interesse socio-económico, cultural e ambiental dos montados, bem expresso na legislação que se lhes aplica, exige a sua manutenção e valorização, no sentido de compatibilizar a conservação da biodiversidade, do solo e da água com diversas produções - cortiça, produtos



animais (principalmente ovinos e suínos), lenhas, cogumelos, plantas aromáticas, condimentares e medicinais, caça e outras actividades recreativas.

### MATOS, BOSQUES TERMÓFILOS E ECOSISTEMAS RUPÍCOLAS

Inclui-se aqui um conjunto de diversos habitats (estevais-tojais, urzais, carrascais, espinhais, azinhais, sobreirais, carvalhais de *Quercus pyrenaica* e de *Quercus faginea*) com elevado interesse patrimonial por representarem muitas vezes comunidades originais, praticamente exclusivas do território nacional.

Estes habitats correspondem no geral a situações seriamente condicionadas em termos de relevo e solos degradados (encostas muito inclinadas, solos esqueléticos ou outros muito erodidos), pelo que se devem impor aqui as funções relativas à conservação da biodiversidade, as de recuperação do solo e de conservação da água, não esquecendo uma atenção especial à prevenção e combate a incêndios. Estas formações permitirão ainda a caça ordenada, a colheita de produtos naturais (cogumelos, plantas aromáticas, condimentares e medicinais), actividades de educação ambiental, recreio e turismo ecológico (passeio e percursos de orientação, caça fotográfica, entre outros).

Pretende-se ainda preservar os afloramentos rochosos existentes tendo em vista a conservação dos habitats que neles se desenvolvem (Vegetação casmofítica de vertentes rochosas siliciosas e Prados pioneiros em superfícies rochosas). A conservação destes habitats concretiza-se facilmente pois não existe competição quanto ao uso dos afloramentos rochosos que, por isso, assumem um papel significativo para a conservação da biodiversidade, principalmente se for assegurada a sua ligação a outras ocorrências significativas para a conservação.

### ZONAS COM ESPECIAL IMPORTÂNCIA PARA A CONSERVAÇÃO DE AVES “ESTEPÁRIAS”

#### *Zonas Pseudo Estepárias*

Foram consideradas sob esta designação as áreas que, a sul e sudoeste da cidade de Évora, se apresentam como planas e abertas, onde dominam sistemas arvenses extensivos, com forte presença de pousios e/ou pastagens. Estas zonas apresentam um número apreciável de espécies com estatuto de conservação desfavorável em Portugal ou na Europa, pelo que desempenham um papel de elevada importância na manutenção da biodiversidade regional.

As alterações ao uso do solo e das tecnologias utilizadas (principalmente introdução do regadio e da florestação, uso mais intensivo de maquinaria, de pesticidas e fertilizantes), bem como a construção de novas vias, instalação de linhas aéreas e de cercas, constituem as principais ameaças para espécies como o Peneireiro-das-torres, o Tartaranhão-caçador, a Garça-real, o Colhereiro, a Abetarda, o Sisão e o Grou, entre outras.

A conservação dos habitats pseudo estepários indispensáveis à vida das espécies referidas passa necessariamente pelo ordenamento da caça (nomeadamente interdição da actividade venatória em determinadas áreas que deverão ser incluídas em futura Zona de Caça Municipal) e pela manutenção dos sistemas arvenses ou pastoris extensivos (o que exigirá incentivos aos proprietários para implementação de medidas agro-ambientais, talvez através de um Plano Zonal, à semelhança do que já tem sido aplicado noutras regiões do país).

### *Zonas de Paradas Nupciais da Abetarda*

Trata-se aqui das principais zonas de *paradas nupciais* da Abetarda conhecidas no concelho de Évora, que se considera fundamental proteger no âmbito da estratégia de conservação daquela espécie tão ameaçada.

As principais alterações que podem comprometer a continuidade das importantes funções que asseguram estas zonas são, tal como no caso anterior, a introdução do regadio e de novos povoamentos florestais, o uso mais intensivo de maquinaria, de pesticidas e de fertilizantes, bem como a construção de vias, a instalação de linhas aéreas e de cercas.

A protecção destas zonas de paradas nupciais terá que passar pela inexistência de obstáculos visuais e que impeçam o voo das abetardas (árvores, linhas aéreas, vias automóveis, cercas), pela manutenção dos sistemas arvenses ou pastoris extensivos (pressupõem-se incentivos aos proprietários para implementação de medidas agro-ambientais), pelo condicionamento de operações agrícolas e de pastoreio durante os meses de Março e Abril e, ainda, pelo forte condicionamento das actividades cinegéticas.

### **III. ZONAS DE ENQUADRAMENTO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO**

Trata-se de áreas de salvaguarda paisagística de edifícios, outras estruturas ou conjuntos com interesse cultural, destacando-se pela sua continuidade e valores patrimoniais presentes a “Zona do Convento e Quinta do Espinheiro e envolventes”, bem como a “Zona do Aqueduto e Estrutura Ecológica de Enquadramento”. Também se inclui um número apreciável de espaços abertos de recreio e de produção, classificados em termos de património como V1 e V2, na sua maior parte associados a edifícios e outras estruturas com valor cultural, que se concentram nas envolventes de Évora e na parte poente do concelho.

O enquadramento e valorização paisagística destes elementos patrimoniais é perfeitamente compatível com funções ecológicas correspondentes à diversidade de situações presentes. Efectivamente, ao longo do aqueduto, na envolvente dos conventos, dos assentos de lavoura e de outros edifícios, nas quintas de recreio, a valorização das ambiências que permitirão realçar e usufruir os notáveis valores patrimoniais será atingida se, nestas áreas, também se garantirem as funções ambientais referidas nos pontos anteriores e seguintes.

Todo este património assenta numa sábia interdependência com recursos naturais e com valores ambientais, pelo que a sua preservação exige a conservação de tais recursos e valores.

#### **IV. ESTRUTURA VERDE URBANA**

Inclui os espaços verdes no interior dos perímetros urbanos, destacando-se naturalmente, pela dimensão e importância que assumem, os da cidade de Évora.

Para além dos parques e jardins, zonas desportivas, alamedas, valores do património classificados como V1 e V2, bem como outros espaços abertos que, com continuidade, penetram no tecido urbano até ao interior do centro histórico, há que realçar ainda os “Espaços agrícolas e florestais da Cidade” que abrangem áreas contíguas ao perímetro urbano de Évora e ao Bairro dos Canaviais, correspondendo a ocorrências significativas em termos biofísicos, paisagísticos e/ou patrimoniais com forte impacto na leitura e funcionalidade do espaço construído.

Com tais espaços pretende-se assegurar a contenção da cidade e a integração desta na sua envolvente rural, bem como manter uma reserva para eventual alargamento da rede de espaços verdes. Neste sentido, há que conservar e valorizar as estruturas rurais existentes com inegável interesse paisagístico, bem como a parte terminal do conjunto patrimonial constituído pelo Aqueduto da Água da Prata / Forte de Santo António / Convento da Cartuxa / Convento de S. Bento de Castris / Conjunto de quintas.

Prevê-se aqui a continuação de usos agrícolas e florestais (nomeadamente hortas urbanas, viveiros e outros tipos de produção especializada e de grande qualidade), em simultâneo com funções de protecção e valorização ambiental referidas em pontos anteriores.

#### **V. OUTRAS ZONAS INDISPENSÁVEIS À CONSERVAÇÃO DE RECURSOS E À REGULAÇÃO DOS PROCESSOS BIOFÍSICOS QUE PERMITEM O DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DAS ACTIVIDADES HUMANAS**

##### **ZONAS COM RECURSOS SIGNIFICATIVOS (OU QUE TÊM INFLUÊNCIA MARCANTE SOBRE TAIS RECURSOS)**

##### *Restantes Montados*

Consideram-se aqui os montados não incluídos em II.2, ou seja, manchas de dimensão mais reduzida e/ou mais fragmentadas mas que, por isso, não deixam de se apresentar com uma elevada estabilidade e produtividade, e de assumirem importantes funções de conservação da biodiversidade. Trata-se também de sistemas com dominância silvopastoril, que deverão corresponder a uma

exploração racionalmente extensiva e sustentável dos recursos presentes, desenvolvendo as suas notáveis potencialidades quanto à multifuncionalidade.

Mantêm-se, nestes casos, as principais ameaças referidas em II.2, realçando-se, os perigos de maior fragmentação das manchas de montado e reduzindo-se os de incêndio.

Permanecendo o elevado interesse socio-económico, cultural e ambiental destas manchas de montado menores, há que prever a sua manutenção e valorização, permitindo compatibilizar a conservação da biodiversidade, do solo e da água, com diversas funções produtivas - cortiça, produtos animais (principalmente ovinos e suínos), lenhas, cogumelos, plantas aromáticas, condimentares e medicinais, caça e outras actividades recreativas.

### *Reserva Agrícola Nacional (RAN)*

Estão aqui abrangidas as manchas de solos que se enquadram nos pressupostos definidos pelo artigo 7º e 8º do D.L.nº 199/2015, de 16 de setembro que prevê a integração na RAN das áreas com solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch, das áreas com unidades de solos classificados como baixas aluvionares e coluvionares e das áreas em que as classes e unidades referidas sejam maioritariamente representadas quando em complexo com outras unidades de solo, bem como outros tipos de solos, cuja integração na RAN se considerou conveniente para a prossecução dos fins previstos no regime legal, tais como as áreas beneficiadas por obras de aproveitamentos hidroagrícolas.

São vários os factores que ameaçam as capacidades produtivas dos solos incluídos na RAN, desde a sua total destruição (expansão urbana, construção de estruturas e de infra-estruturas), até formas de degradação mais ou menos graves, susceptíveis ou não de recuperação (erosão, compactação, salinização, poluição, entre outras).

Independentemente da presença simultânea de outros recursos que também são merecedores de actuações conservacionistas, as áreas abrangidas pela RAN devem ser assumidas como de conservação da fertilidade do solo. Assim, e nas actividades produtivas para que têm clara aptidão justifica-se, nestas áreas, a aplicação das práticas agrícolas e florestais que asseguram uma exploração sustentável do solo - entre outras, as relativas a mobilizações mínimas, ao combate à erosão do solo, à utilização de equilibrados sistemas de rotação de culturas, à protecção integrada das plantas, à prudente aplicação de fertilizantes e biocidas, aos encabeçamentos de acordo com as capacidades de carga dos sistemas, às técnicas de regadio mais adequadas.

A aplicação de medidas ambientais compensatórias dos sistemas de produção mais ou menos artificiais que se desenvolvem em áreas da RAN (como, por exemplo, a criação da rede de sebes de compartimentação), também tem efeitos positivos sobre a conservação da fertilidade do solo (tal como sobre parte da interessante avifauna existente na zona pseudo-estepária a Sul e sudeste de Évora, em grande parte classificada como RAN).

### *Albufeiras e Respectivas Faixas de Protecção*

Foram incluídas neste ponto 107 albufeiras 7 delas com faixas de protecção adjacentes consideradas na marcação da Reserva Ecológica Nacional. A retenção e armazenamento de água assegurado por estas albufeiras assume uma importância fundamental no concelho de Évora devido à sua posição fisiográfica (zona superior das bacias hidrográficas), conjugada com as características climáticas gerais.

Para além dos recursos hídricos superficiais que aqui se pretendem preservar com a qualidade exigível pela sua posterior utilização (rega e abastecimento público – veja-se ponto seguinte), as albufeiras e açudes do concelho permitem a ocorrência de uma grande diversidade de aves associadas a meios aquáticos abertos, constituindo algumas delas importantes locais de invernada ou repouso de espécies migratórias e apresentando elevado potencial no domínio da educação ambiental e turismo de Natureza. Entre os planos de água com maior interesse para a protecção de aves, devido às suas margens suaves com vegetação enraizada emergente e com limitações de acesso do público, são de salientar os açudes da herdade da Fonte Boa, da Cabida, da herdade do Tojal, da herdade da Camoeira e do Monte da Bala, bem como as albufeiras do Monte Novo (parte mais a montante) e do Vale de Moura.

As principais ameaças a que estão sujeitas as albufeiras e açudes considerados são a carga poluente (com origem em efluentes urbanos ou, principalmente, em fertilizantes e biocidas agrícolas) e a perturbação das espécies selvagens provocada pelas actividades venatórias e de lazer. Em relação à poluição da água urge assegurar um maior controlo sobre as suas fontes (incluindo o que consta no ponto seguinte). No que diz respeito às perturbações sobre as espécies selvagens, ordenar os acessos aos planos de água e limitar as zonas de pesca, assim como considerar, nos planos de exploração da caça, a delimitação das zonas importantes para a conservação de espécies não cinegéticas.

Em termos genéricos, aponta-se para que nas faixas de protecção consideradas na Reserva Ecológica Nacional (faixas com largura 100 metros a partir do nível de pleno armazenamento), sejam fortemente condicionadas as actividades agrícolas e pastoris, as actividades cinegéticas e outras práticas recreativas não ordenadas. Nestas faixas deverão privilegiar-se os sistemas florestais extensivos, assegurando a conservação do solo e da água, bem como de espécies selvagens que aqui encontram condições especialmente favoráveis ao acasalamento, nidificação, alimentação e/ou repouso.

### *Bacias Drenantes para as Albufeiras de Abastecimento Público*

Nas bacias drenantes para as albufeiras de abastecimento público do concelho de Évora e dos concelhos limítrofes de Arraiolos e de Montemor-o-Novo, é essencial que só sejam autorizados e apoiados por incentivos públicos os usos que assegurem a conservação do solo e da água.

De facto, os limitados recursos hídricos do concelho de Évora e dos concelhos adjacentes, bem como a contínua degradação da sua qualidade (comprovada através dos resultados das análises efectuadas nos últimos anos), exigem que, nas bacias que drenam para as albufeiras em que se retêm as águas de abastecimento às redes públicas, os usos do solo não contribuam para a redução dos volumes armazenados (quer através de grandes consumos de água a montante quer por acumulação de sedimentos no leito das albufeiras, diminuindo a sua capacidade total), nem para a deterioração da qualidade da água.

A importância estratégica destes recursos hídricos para o concelho de Évora e para os concelhos envolventes aponta para a necessidade urgente de se considerarem as bacias drenantes acima referidas como “Zonas vulneráveis”, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 68/99, de 11 de Março.

Enquanto não se concretizar tal classificação, indicam-se como usos preferenciais naquelas bacias drenantes os sistemas silvopastoris ou pastoris extensivos, os sistemas florestais essencialmente de protecção e os sistemas de agricultura biológica.

Nestas extensas superfícies serão ainda permitidos outros sistemas agrícolas, florestais e/ou silvopastoris que assegurem a qualidade das águas superficiais e subterrâneas sem problemas significativos de poluição por fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos ou dejectos pecuários. Relativamente a outras utilizações do solo não agrícolas nem florestais permitidas pelo Regulamento do PDM nestas bacias hidrográficas, é imprescindível assegurar a sua compatibilidade com a manutenção da quantidade e com a melhoria da qualidade dos recursos hídricos superficiais.

### *Zonas de Protecção às Captações de Águas Subterrâneas Destinadas ao Abastecimento Público e à Potencial Exploração de Recursos Hidrominerais*

Por idênticas razões, as indicações que constam no ponto anterior aplicam-se também às zonas de protecção das captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público (reduzidas superfícies assinaladas na Planta de Condicionantes) que se encontram no exterior das bacias drenantes para as albufeiras atrás referidas. O mesmo se passa relativamente à zona de protecção à potencial exploração de recursos hidrominerais (antigas termas da Ganhoteira).

### **ZONAS TAMBÉM FUNDAMENTAIS PARA O EQUILBRADO FUNCIONAMENTO DOS PROCESSOS BIOFÍSICOS, BEM COMO ZONAS EM QUE SE DETECTAM ELEVADOS RISCOS DE INSTABILIDADE, DE DEGRADAÇÃO E/OU DE INSEGURANÇA**

### *Linhas de Água Secundárias e Respectivas Galerias Ripícolas*

Linhas de água inseridas na Reserva Ecológica Nacional que não foram consideradas como estruturantes da drenagem natural do território concelhio (incluídas no anterior ponto II.1), ou seja, as referidas nos três últimos critérios para marcação dos leitos dos cursos de água e zonas adjacentes.

No essencial aplicam-se a estas linhas de água e suas galerias ripícolas as justificações e as indicações referidas em II.1, encontrando-se a diferença fundamentalmente nas prioridades quanto a futuras actuações, correspondendo a estas linhas de água secundárias uma segunda prioridade, quer em termos temporais como de mobilização de recursos financeiros e humanos.

### *Zonas Ameaçadas pelas Cheias*

As características climáticas da generalidade do país e, também, do concelho de Évora, fazem esquecer que as cheias são um fenómeno natural que ocorre com relativa irregularidade mas que é frequentemente agravado pelo padrão de uso do solo nas bacias hidrográficas.

As zonas delimitadas no âmbito da Reserva Ecológica Natural como estando ameaçadas pelas cheias, correspondem na sua maior parte a vales percorridos por linhas de água intermitentes que, por não se apresentarem com caudal visível durante grande parte do ano e, por vezes, mesmo ao longo de uma série de anos seguidos, escondem um risco acrescido para a segurança de pessoas e bens.

Nestas zonas há que evitar qualquer tipo de construção (com excepção das que têm uma relação directa com um aproveitamento equilibrado dos recursos hídricos, nomeadamente açudes, azenhas, levadas, barragens ou pontes). As vias de comunicação deverão desenvolver-se ao longo do vale, já no início da encosta e, no caso dos necessários atravessamentos, devem estes ser na perpendicular ao vale, em viaduto ou a uma cota levemente superior ao terreno natural, de modo a não impedir o mais suave escoamento das águas aquando das cheias.

Muros, sebes ou outras estruturas perpendiculares aos cursos de água terão que ser permeáveis para não funcionarem como diques quando ocorrem inundações, situação sempre inconveniente ou mesmo perigosa devido à deposição de sedimentos a montante e ao perigo de ruptura repentina, com o conseqüente aumento da capacidade destrutiva das massas de água retidas.

Os usos possíveis e recomendáveis para estas zonas são genericamente os agrícolas, florestais ou pastoris, dependendo das características dos solos.

### *Zonas Correspondentes a Aquíferos Fortemente Susceptíveis à Poluição*

Estas zonas abrangem o sistema aquífero de produtividade elevada que se encontra a sul e sudeste da cidade de Évora, pretendendo-se aqui manter a recarga do aquífero e a qualidade da água nele



armazenada. Tal como já se referiu anteriormente, num concelho em que se verifica que a água é escassa e que, no geral, tende para a muito baixa qualidade, constituindo um factor limitante do desenvolvimento, considera-se fundamental assegurar que no subsolo se retenha a máxima quantidade possível de água, mantendo esta níveis de qualidade compatíveis com as suas utilizações potenciais (essencialmente agrícolas mas, também, como alternativa para abastecimento público em situações de crise).

A importância estratégica destes recursos hídricos para o concelho de Évora aponta para a necessidade urgente de se considerar a superfície do aquífero ainda não comprometida por usos urbanos e periurbanos – genericamente as superfícies a sul da EN Évora / Reguengos -, como “Zonas vulneráveis”, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 68/99, de 11 de Março.

Enquanto não se concretizar tal classificação, estas zonas devem ser utilizadas de acordo com as potencialidades do solo mas tendo em atenção a necessidade de preservar a quantidade e qualidade da água armazenada no sistema aquífero. Para tal, justifica-se aqui a aplicação das “Boas Práticas Agrícolas” (as exigidas para o acesso às Indemnizações Compensatórias e às Medidas Agro-Ambientais) e das “Boas Práticas Florestais” (as que constam na regulamentação dos instrumentos de política –AGRO – Acções 3.1 e 3.2; RURIS – florestação de terras agrícolas)<sup>3</sup>, por forma a utilizarem-se equilibradamente adubos e biocidas, bem como a manter o solo em condições favoráveis para assegurar a eficiente recarga do aquífero.

Nas zonas correspondentes ao aquífero de Évora impõe-se a redução para o mínimo indispensável das superfícies impermeabilizadas, exigindo-se também um cuidado redobrado quanto ao armazenamento e manuseamento de fertilizantes químicos, de produtos fitofarmacêuticos e de efluentes das explorações agro-pecuárias.

No que diz respeito a espaços urbanos ou já comprometidos com uma significativa ocupação edificada (principalmente na envolvente de Évora), há que procurar reduzir ao mínimo possível a poluição do aquífero provocada por fossas, por fertilizantes químicos e produtos fitofarmacêuticos utilizados em jardins e hortas.

### *Zonas com Elevados ou Muito Elevados Riscos de Erosão e/ou já Degradadas por Intensos Processos Erosivos*

As zonas incluídas na Reserva Ecológica Nacional por apresentarem riscos e/ou por já estarem afectadas por intensos fenómenos erosivos exigem um conjunto de medidas de prevenção e de recuperação que reduzam estes processos de degradação do solo, bem como os seus graves efeitos a jusante (nomeadamente o assoreamento de linhas de água e albufeiras).

<sup>3</sup> Veja-se “Boas Práticas Agrícolas” no Anexo VIII da Portaria n.º 1212/2003, de 16 de Outubro e as “Boas Práticas Florestais” na Portaria n.º 94-A/2001, de 9 de Fevereiro.

Neste sentido, são de incentivar nestas zonas os usos que contribuam para a protecção do solo (assegurando um revestimento eficiente durante o período mais chuvoso do ano) e mesmo para a sua possível recuperação. Tais usos são, no essencial, os sistemas florestais (com uma componente significativa de protecção), as pastagens permanentes, ou mesmo alguns sistemas agrícolas especiais.

Tais usos devem garantir a protecção do solo contra a acção directa da precipitação e contra o escoamento superficial, nomeadamente através da escolha de espécies (ou de rotações) de acordo com a sua capacidade para cobrir o solo nas épocas mais críticas do ano, racionalização das mobilizações do solo (técnicas de mobilização mínima ou de sementeira directa, mobilizações aproximando-se das curvas de nível), prevenção da compactação do solo (impedindo a deficiente utilização de equipamentos mecânicos ou as excessivas cargas pecuárias), culturas em faixas, armação das encostas com valas e câmoros.

## OUTRAS ZONAS QUE ENQUADRAM, REDUZEM IMPACTES NEGATIVOS E COMPENSAM DISFUNÇÕES DECORRENTES DAS ACTIVIDADES HUMANAS

### *Zonas Afectadas por Exploração de Inertes e pela sua Transformação*

As cinco pedreiras activas no concelho de Évora correspondem a uma actividade com algum significado económico para o concelho mas dão origem a inevitáveis impactes ambientais negativos (fundamentalmente alterações do relevo, a destruição do solo e da vegetação, a perturbação do sistema de drenagem natural, a produção de poeiras e ruído, a degradação da paisagem).

Há que assegurar nestes casos o cumprimento do que está previsto na legislação aplicável à exploração destes recursos minerais, exigindo a elaboração de um plano ambiental e de recuperação paisagística a executar à medida que vai sendo desenvolvida a exploração da pedreira.

Também as instalações de fabrico de betão ou similares, de preparação ou depósito de produtos minerais (britagem, lavagem, classificação de pedras, etc.) e de transformação de rochas, dão origem a perturbações ambientais que terão de ser minimizadas e compensadas. Este objectivo será atingido através de uma localização adequada destas instalações e do seu envolvimento por zonas em que se instale e/ou se promova o desenvolvimento de formações vegetais que atenuem a visibilidade a partir do exterior e os impactes ambientais sobre as envolventes.

### *Zonas de enquadramento e valorização das principais estruturas e infra-estruturas em espaços rurais*

As mais significativas estruturas e infra-estruturas presentes no exterior dos perímetros urbanos devem ser envolvidas por áreas que assegurem o respectivo enquadramento e valorização paisagística, garantindo em simultâneo as funções ecológicas adequadas à diversidade de situações

presentes. Neste sentido, deverá privilegiar-se em tais áreas a utilização de vegetação autóctone diversificada e a sua continuidade relativamente a outras componentes da Estrutura Ecológica Municipal. Quando possível e ajustado às circunstâncias, deverá promover-se as condições para o desenvolvimento de biótopos com processos biológicos mais intensos, de forma a compensar os impactes ambientais negativos das estruturas e infra-estruturas próximas.

As áreas consideradas neste ponto correspondem à indicação esquemática (largura de 100 metros) de:

- Faixas ao longo das principais vias de comunicação, nomeadamente auto-estrada, outros itinerários principais e complementares, estradas nacionais e regionais, linhas de caminho de ferro existentes e previstas. Nos casos em que se desenvolvem próximas e paralelamente duas vias (actualmente a auto-estrada A6 com a EN 18 para Estremoz e com a EN 114 para Montemor), tem sentido integrar na Estrutura Ecológica Municipal a estreita faixa entre elas (para além das razões ambientais, justificado também pelas questões relativas à segurança rodoviária e ao quase que inevitável abandono agrícola por ficar inviabilizada a exploração económica de parcelas com áreas tão reduzidas, com formas difíceis de trabalhar e por acessos muito condicionados);
- Áreas envolventes da Estação de Tratamento de Águas Residuais e da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos;
- Área envolvente da subestação eléctrica da Caeira;
- Área envolvente do Aeródromo.

Outras infra-estruturas que estão previstas no concelho de Évora num futuro mais ou menos próximo (nomeadamente o troço do IP2 e restantes componentes viários do “Anel Envolvente da Cidade”, linha de caminho de ferro de ligação a Espanha) devem ser projectadas pressupondo a existência deste tipo de faixas de enquadramento e de valorização ambiental, pelo que foram já indicadas nesta planta (com excepção da Linha Férrea de Alta Velocidade, porque ainda só está representada por um traçado geral indicativo).

### *Outras zonas ou corredores que asseguram a continuidade espacial e a consistência da Estrutura Ecológica Municipal (não cartografadas)*

Considerando-se como objectivo geral da Estrutura Ecológica Municipal assegurar a “compatibilização das funções de protecção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações”<sup>4</sup> ou, em paralelo, constituir “uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas

<sup>4</sup> Número 3 do Artigo 14º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelos Dec. Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril e Dec. Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

*específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas*<sup>5</sup>, é indispensável garantir a continuidade desta Estrutura.

Assim, na concretização da Estrutura Ecológica Municipal prevê-se ainda a inclusão de reduzidas áreas ou corredores, não representadas nesta Planta Complementar de Ordenamento, mas indispensáveis para assegurar a continuidade e a consistência da rede obtida com base nos critérios desenvolvidos nos pontos anteriores.

Entre estas reduzidas áreas ou corredores, encontrar-se-á a rede de compartimentação com o objectivo de minimizar e compensar os efeitos negativos da excessiva simplificação e dimensão de manchas contínuas com sistemas agrícolas e/ou florestais intensivos. Nestas manchas, com destaque para os actuais e futuros perímetros de rega, é essencial assegurar uma estrutura de protecção e valorização ambiental que compense o artificialismo dos sistemas de produção intensivos, que fomente a biodiversidade e um funcionamento tão equilibrado quanto possível dos processos biofísicos.

Tal estrutura será essencialmente constituída por uma rede de sebes de compartimentação, em estreita ligação com as galerias ripícolas (já referidas nos anteriores pontos II.1 e V.2.1) e com maciços arbustivos e arbóreos de espécies autóctones, isolados e de reduzida dimensão. Pretende-se assim constituir uma rede contínua e delineada de acordo com a rede viária, com as divisões das propriedades e das suas parcelas, com as linhas de drenagem natural, com a rede de canais de rega, e com outras ocorrências significativas em termos de processos biofísicos que é essencial acautelar ou intensificar.

No caso dos sistemas florestais, deverão aplicar-se algumas das recomendações das “Boas práticas florestais” designadamente: *“Criação de faixas ou manchas de descontinuidade, preferencialmente ao longo das redes viárias e divisional, das linhas de água e de cumeada e dos vales, utilizando, nomeadamente, espécies arbóreas ou arbustivas com baixa inflamabilidade e combustibilidade, comunidades herbáceas ou, ainda, mantendo a vegetação natural. Em arborizações monoespecíficas de resinosas ou folhosas de elevada combustibilidade, de superfície superior a 20 ha, as zonas de descontinuidade deverão representar pelo menos 15% da superfície total. Esta exigência não se aplica aos povoamentos constituídos por quercíneas autóctones. (...) Conservação de maciços arbóreos, arbustivos e ou de exemplares notáveis de espécies autóctones (...). A conservação dos habitats classificados segundo a directiva habitats, florestais ou não.”*

Consideram-se como incluídas neste ponto da Estrutura Ecológica Municipal as sebes de compartimentação existentes, bem como os maciços arbóreos e arbustivos em situações marginais para uma exploração produtiva directa (no geral afloramentos rochosos naturais, ampliados pela acumulação de blocos retirados de campos próximos).

<sup>5</sup> Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 93/90 relativo à Reserva Ecológica Nacional que se integra na Estrutura Ecológica Municipal.

Uns e outros, embora não susceptíveis de serem cartografados à escala concelhia, assumem uma enorme importância para a manutenção da biodiversidade deste território. De facto, correspondem a zonas que, apesar de muito fragmentadas, não são afectadas (ou são-no levemente) por mobilizações do solo, adubos químicos ou tratamentos fitossanitários, pelo que mantêm condições para uma significativa diversidade vegetal e animal.



## 2. USOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS



Esta planta complementa a Planta de Ordenamento, indicando os usos e funções recomendáveis para os Espaços Agrícolas e Florestais. Não se trata aqui de disposições com expressão ao nível do Regulamento, mas de indicações quanto a usos e funções mais adequados às condições biofísicas presentes e aos diferentes objectivos de ordenamento do território municipal, explicitando orientações suficientemente genéricas e flexíveis para se adaptarem às evidentes necessidades de mudança ao longo do tempo (nomeadamente as decorrentes das alterações na política agrícola, da introdução de novas tecnologias e da modificação das condições socio-económicas).

As indicações que se encontram nesta planta pretendem dar resposta ao disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro<sup>6</sup>, nomeadamente:

- Na alínea b) do n.º 3 do Artigo 12º - “Os planos municipais de ordenamento do território estabelecerão (...) os parâmetros de ocupação e de utilização do solo adequados à salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais;”
- No n.º 1 do Artigo 13º - “Os instrumentos de gestão territorial identificam as áreas afectas a usos agro-florestais, bem como as áreas fundamentais para a diversidade paisagística, designadamente as áreas de reserva agrícola.”
- No n.º 2 do mesmo Artigo 13º - “Os instrumentos de gestão territorial (...) estabelecem os objectivos e as medidas indispensáveis ao adequado ordenamento agrícola e florestal do território, nomeadamente à valorização da sua fertilidade (...)”
- No n.º 2 do Artigo 69º - “Os planos municipais de ordenamento do território estabelecem o regime de uso do solo, definindo (...), na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental.”
- No Artigo 85º - “O plano director municipal define um modelo de organização municipal do território nomeadamente estabelecendo (...) g) A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;”

O ordenamento e gestão dos espaços rurais não pode ignorar e deixar de aplicar as preocupações actuais no domínio da sua sustentabilidade e multifuncionalidade. Se nos últimos anos a aplicação de algumas (poucas e muitas vezes facultativas) medidas concretas neste domínio se tem desenvolvido como contrapartida de subsídios e incentivos económicos no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), tudo indica que, no futuro, a tendência será no sentido da sua generalização, única saída para resolver graves problemas, nomeadamente:

<sup>6</sup> Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

- Reduzir ou mesmo parar a degradação dos recursos naturais;
- Dar uma resposta positiva à crescente exigência de qualidade e segurança alimentar por parte dos consumidores;
- Impedir o despovoamento dos espaços rurais, com as conseqüentes perdas em termos culturais e prestação de serviços indirectos fundamentais;
- Responder às legítimas pressões da Organização Mundial do Comércio;
- Ir ao encontro de uma profunda reforma da PAC, necessária para a sua própria sobrevivência.

Assim sendo, também no concelho de Évora haverá toda a vantagem em enveredar desde já por uma aplicação sistemática de regras de ordenamento dos espaços e de gestão das actividades agrícolas, regras essas que promovam o equilíbrio ambiental, bem como a valorização dos recursos naturais e das paisagens humanizadas.

É neste sentido que de seguida se referem regulamentos em vigor no âmbito da aplicação da PAC em Portugal, regulamentos esses que integram normas que deveriam ter uma aplicação generalizada às várias situações presentes no concelho, independentemente de estarem ou não associadas à atribuição de incentivos e ajudas. Com potencial para uma aplicação especialmente significativa no concelho de Évora e com forte expressão a nível do ordenamento espacial, são de realçar as normas que constam nas seguintes medidas e acções:

- No âmbito do **Programa Operacional da Agricultura e Desenvolvimento Rural – AGRO**:
  - Acção 3.1. – Apoio à Silvicultura;
  - Acção 3.2. – Restabelecimento do potencial de produção silvícola;
  - Acção 8.2. – Redução do risco e dos impactes ambientais na aplicação dos produtos fitofarmacêuticos;
- No âmbito da **Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais – AGRIS**:
  - Acção Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento (novos regadios colectivos);
  - Acções Valorização do ambiente e do património rural (recuperação e valorização do património e núcleos populacionais; conservação e valorização do ambiente e recursos naturais);

- Acções Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas (prevenção de riscos, valorização e conservação de espaços florestais de interesse público).
- No âmbito do **Plano de Desenvolvimento Rural – RURIS:**
  - **Medidas Agro-Ambientais** (exigindo, nomeadamente, o cumprimento de “**Boas práticas agrícolas**”<sup>7)</sup>):
    - Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água:
      - Protecção integrada;
      - Produção integrada;
      - Agricultura Biológica;
      - Melhoramento do solo e luta contra a erosão (Sementeira directa e ou mobilização na zona ou na linha; Enrelvamento na entrelinha de culturas permanentes; Cultura complementar forrageira Outono-Inverno);
      - Sistemas forrageiros extensivos;
      - Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos;
      - Sistemas arvenses de sequeiro.
    - Preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas:
      - Apoio à apicultura;
      - Recuperação e manutenção de sistemas tradicionais – Hortas do sul.
    - Conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural:
      - Olival tradicional;
      - Planos zonais.
    - Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas – Preservação de bosquetes ou maciços arbustivo / arbóreos com interesse ecológico / paisagístico.
    - Protecção da diversidade genética – manutenção de raças autóctones.
  - **Florestação de terras agrícolas** (exigindo, nomeadamente, o cumprimento de “**Boas práticas florestais**”<sup>8)</sup>)

<sup>7</sup> Portaria n.º 1212/2003, de 16 de Outubro.

<sup>8</sup> Portaria n.º 94-A/2001, de 9 de Fevereiro.

Refira-se ainda o facto de todo o concelho de Évora ser considerado como tendo uma “**alta susceptibilidade à desertificação**”, para efeitos de promoção da produção florestal em áreas mais deprimidas e com maiores riscos de degradação ambiental (Despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas n.º 24 465/2000, D.R. n.º 276, IIª Série, de 29 de Novembro).

O processo de elaboração desta planta com orientações para os usos e funções dos espaços rurais passou pela sobreposição de diversa informação cartográfica, de que resultaram pequenas manchas residuais sem significado em termos das recomendações pretendidas. Optou-se pela sua manutenção para não desvirtuar os critérios de selecção utilizados e que à frente se descrevem.

A justificação e especificação das funções de protecção e valorização ambiental deve ser encontrada em simultâneo com a informação relativa à **Planta da Estrutura Ecológica Municipal**.

Indica-se de seguida o zonamento correspondente à **Planta de Usos Agrícolas e Florestais** com as respectivas recomendações e justificações. A legenda desta planta é referenciada pelas letras maiúsculas, de **A a I**, associadas a um número no caso de subdivisões (por exemplo **C1** e **C2**)

## **A – POLICULTURA EM ZONAS DE PEQUENA E MÉDIA PROPRIEDADE**

Sob esta designação genérica encontram-se no concelho cerca de 5 000 ha em que a propriedade é de pequena e média dimensão (no geral não ultrapassando os 10 ha), onde dominam os solos de mediana a alta fertilidade e, frequentemente, com disponibilidades de água para rega.

Estas zonas, localizadas sobretudo na periferia dos aglomerados urbanos, têm vindo a sofrer fortes alterações nos últimos decénios devido ao progressivo desaparecimento dos agricultores que, no passado, cultivavam hortas, vinhas, pomares e pequenos ferragiais. Estes pequenos agricultores vêm sendo substituídos por descendentes que aí continuam a residir apesar de exercerem outras actividades profissionais, ou por novos residentes que pretendem viver no “campo” e trabalhar na cidade.

Apesar do número significativo de edificações já existentes nestes espaços, pretende-se manter o seu carácter rural através da evolução dos sistemas tradicionais de policultura, no sentido da obtenção de produtos vegetais e animais com alta qualidade. Aproveitando a tendência que se verifica em todo o mundo e em algumas regiões do país para o desenvolvimento da actividade agrícola a tempo parcial, seria desejável encontrar incentivos que interessassem as gerações mais novas a manterem aqui esta actividade em complemento de outras exercidas a título principal. Nestas zonas de pequena e média propriedade junto aos centros urbanos, deverá ser valorizada a agricultura a tempo parcial à custa da sua componente lúdica e de uma forte atenção à qualidade, o que começa a ser interessante do ponto de vista económico devido à maior exigência dos consumidores e à sua disponibilidade para pagar mais por produtos com qualidade garantida.

Em síntese, nestes espaços devem considerar-se:

- **Principais funções:** para além de funções produtivas no âmbito agrícola, florestal e/ou pastoril, no geral intensivos, é fundamental que estes espaços assumam em simultâneo funções de protecção e valorização de recursos naturais (destaque para a água, incluindo a sua equilibrada circulação), bem como dos numerosos elementos patrimoniais presentes (nomeadamente edifícios, quintas, rede de caminhos, sebes e maciços arbóreos).
- **Principais usos e actividades:** usos residenciais e agrícolas. A proximidade relativamente aos centros urbanos, com destaque óbvio para a cidade de Évora, faz com que aqui também se preveja a instalação de empreendimentos turísticos, de equipamentos desportivos e outros que, pela sua natureza, recomendam localizações exteriores às áreas urbanas, desde que sejam compatíveis com as condicionantes ambientais presentes e valorizados por adequada integração paisagística.
- **Gestão e cuidados especiais:** relativos à qualidade da água (poluição por fossas e pelos adubos e biocidas), à manutenção do carácter rural (densidade e tipologias de edifícios, de vias com pavimentos impermeáveis, de linhas aéreas, de vedações e portões) e à valorização do património edificado. Tem aqui todo o sentido a aplicação de regras relativas a medidas Agro-Ambientais, nomeadamente as referentes à “Protecção integrada”, “Produção integrada” ou “Agricultura Biológica”; à Recuperação e manutenção de sistemas tradicionais “Hortas do sul”, à Conservação e melhoria do “Olival tradicional” e/ou à “Manutenção das raças autóctones”, para além do cumprimento generalizado das “Boas práticas agrícolas”.

## B - MONTADOS DE SOBRO E AZINHO A MANTER E VALORIZAR

Os montados existentes cobrem uma superfície de quase 39 000 ha (perto de um terço da área do concelho), estão protegidos por legislação específica e correspondem a sistemas tradicionais de elevado valor ecológico, repositórios de elevada biodiversidade, incluindo espécies raras e em perigo. Na sua maior parte, os montados ocupam no concelho de Évora solos de fertilidade muito baixa a baixa (cerca de 26 000 ha, dois terços da sua superfície no concelho), mas também a solos de fertilidade baixa a mediana (aproximadamente 7 600 ha) e mesmo a solos de fertilidade mediana a elevada (cerca de 4 700 ha).

A gestão destes montados deve ter em consideração não só esta fertilidade do solo como, também, a sua sobreposição com diversas ocorrências da Reserva Ecológica Nacional (REN), particularmente das áreas com riscos de erosão elevados ou muito elevados (cerca de 14 000 ha), cabeceiras das linhas de água (5 200 ha) e áreas de máxima infiltração (3 700 ha). Assim, as funções produtivas directas destes sistemas silvopastoris devem ser balizadas pela conservação dos recursos presentes, com particular realce para a flora e fauna, para o solo (redução dos processos erosivos) e para a água (infiltração em detrimento do escoamento superficial). Assim, estes sistemas devem assumir uma amplitude alargada de usos mais ou menos intensivos, que vão desde a mata próxima do natural

(em situações muito degradadas, com elevados riscos de erosão e/ou com significativos valores faunísticos ou florísticos), até uma exploração silvopastoril já relativamente intensiva, com um coberto arbóreo menos denso e pastagens melhoradas (em zonas mais planas, com solos de fertilidade boa a elevada).

Os montados actuais inserem-se sobretudo nos Espaços de Protecção Ambiental definidos na Planta de Ordenamento como “Zonas de Especial Valor Patrimonial” (18 000 ha) e Zonas de Protecção das Bacias de Alimentação de Albufeiras (4 450 ha), bem como nos Espaços de Média e Grande Propriedade, nomeadamente nas Zonas Protecção ao Aquífero de Évora” (3 000 ha) e nas “Áreas Agrícolas e Florestais indiferenciadas” (11 800 ha).

Em síntese, nestes espaços devem considerar-se:

- **Principais funções:** conservação e regeneração do montado de sobre e/ou azinho; conservação do solo e da água, da fauna e flora; produção de cortiça e de lenhas; alimentação animal (sobretudo ovinos, suínos e espécies cinegéticas); produção de mel;
- **Principais usos e actividades:** silvopastorícia, caça, colheita de produtos naturais (cogumelos, plantas aromáticas, condimentares e medicinais), educação ambiental, recreio e turismo ecológico (nomeadamente passeio, caça fotográfica e percursos de orientação), .
- **Gestão e cuidados especiais:** atenção à prevenção e combate a incêndios. Justifica-se em algumas situações a aplicação de regras relativas a medidas Agro-Ambientais, nomeadamente as referentes ao “Melhoramento do solo e luta contra a erosão”, aos “Sistemas forrageiros extensivos”, a um possível “Plano Zonal” (Sítio de Importância Comunitária Monfurado, com dominância de montados) e à “Manutenção das raças autóctones”.

## C – SISTEMAS INTENSIVOS DE REGADIO (PERÍMETROS DE REGA)

Sistemas a desenvolver no perímetro de rega da Vigia e no futuro bloco de rega de S. Manços, com excepção dos montados aí presentes (cerca de 200 ha incluídos no ponto B anterior). Estes perímetros ocupam uma superfície do concelho de Évora com cerca de 8 300 ha, correspondendo 5 000 ha a solos das Classes de Qualidade IV e V, com fertilidade boa a elevada que permitirá a instalação de sistemas culturais variados e intensivos. Aproximadamente 2 600 ha apresentam uma fertilidade baixa a mediana (Classes de Qualidade III, IIIh e IVh) o que exigirá a aplicação de tecnologia muito cuidadosa para permitir boas colheitas em sistemas de regadio. Os restantes cerca de 700 ha correspondem a solos de fertilidade muito baixa a baixa que muito dificilmente poderão ter um uso agrícola de regadio (exigência de técnicas muito complexas e difíceis de aplicar e manter).

Grande parte das áreas incluídas nesta designação estão actualmente a ser utilizados em sistemas agrícolas de sequeiro (cerca de 7 000 ha do futuro bloco de rega de S. Manços), sendo ainda representativas as superfícies já regadas (aproximadamente 520 ha) e as correspondentes à

“policultura” de sequeiro (480 ha). Uma boa parte do futuro perímetro hidroagrícola de S. Manços encontra-se sobre o aquífero de produtividade elevada e muito susceptível à poluição.

Em síntese, nestes espaços devem considerar-se:

- **Principais funções:** domínio das funções produtivas, apesar de não serem de desprezar as superfícies em que a estas se juntam funções de conservação da água (aquífero).
- **Principais usos:** sistemas arvenses, pratenses, hortícolas e/ou frutícolas intensivos de regadio. Como situações particulares, há que referir as manchas de solos com fertilidade baixa a mediana que exigem a aplicação de tecnologias especiais (C1) e as de solos com fertilidade muito baixa a baixa, que deverão ser aproveitadas para integrar a rede de protecção e valorização ambiental abaixo referida (C2).
- **Gestão e cuidados especiais:** nos perímetros de rega será necessário assegurar uma estrutura de protecção e valorização ambiental que compense o artificialismo das obras de adaptação ao regadio e dos sistemas de produção intensivos, que fomente a biodiversidade e um funcionamento tão equilibrado quanto possível dos processos biofísicos. Tal estrutura será essencialmente constituída por sebes, galerias ripícolas e algumas matas de reduzida dimensão, formando uma rede contínua e delineada de acordo com as infra-estruturas de rega, com a rede viária, com as divisões das propriedades e das suas parcelas, com a rede de drenagem natural e com outras ocorrências significativas em termos de processos biofísicos que é essencial acautelar ou intensificar. Encontrando-se grande parte do futuro bloco de rega de S. Manços sobre um aquífero de produtividade elevada mas muito susceptível à contaminação, terá que se exigir a aplicação de adequadas práticas agrícolas para que a água disponível no aquífero se mantenha com qualidade suficiente para continuar a ser utilizável pela agricultura. Tem aqui sentido a aplicação de regras relativas à acção 8.2. do Programa AGRO (“Redução do risco e dos impactes ambientais na aplicação de produtos fitofarmacêuticos”), à acção “Gestão de recursos hídricos e emparcelamento, novos regadios colectivos” do AGRIS e a medidas Agro-Ambientais, nomeadamente as referentes à “Protecção integrada”, “Produção integrada” ou “Agricultura Biológica” e à “Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos”, para além do cumprimento generalizado das “Boas práticas agrícolas”.

## D – MATAS E MATOS DE PROTECÇÃO E RECUPERAÇÃO

Corresponde a áreas em que os solos apresentam severas ou muito severas limitações para um uso produtivo directo, nomeadamente devido à reduzida espessura efectiva, problemas de erosão, presença de afloramentos rochosos ou de elementos grosseiros numa elevada percentagem ou muito baixa capacidade para a água. A fertilidade do solo é muito baixa, sendo difícil e normalmente pouco compensadora a aplicação de medidas de conservação. Assim, é para estas situações indicada a manutenção e valorização (ou mesmo a instalação) de matas e matos com funções essencialmente de protecção e recuperação dos recursos naturais. Em alguns casos relativamente mais favoráveis,



admite-se a possibilidade de melhoria da pastagem natural integrada no sistema montado (o pastoreio será limitado pela manutenção do revestimento vegetal necessário à protecção do solo contra a erosão hídrica).

No essencial, estas manchas ocupam no concelho aproximadamente 16 000 ha, área correspondente à Classe de Qualidade do Solo I e dos Afloramentos rochosos, após se terem retirado os montados (cerca de 14 000 ha já incluídos no ponto B anterior) e as vinhas existentes (cerca de 50 ha, integrados em F4). Em termos de relevo estas situações encontram-se essencialmente nos cabeços e nas encostas com declives moderados a muito acentuados (superiores a 12%), pelo que, no que diz respeito à REN, têm uma incidência significativa as “Áreas com riscos de erosão”, as “Cabeceiras das linhas de água” e as “Áreas de máxima infiltração”. Quanto ao actual uso do solo, são dominantes os sistemas agrícolas de sequeiro (com e sem azinheiras e sobreiros dispersos – cerca de 11 800 ha), seguindo-se os sistemas florestais e policultura (com cerca de 1 400 ha cada) e os matos (1 100 ha). Em termos da Planta de Ordenamento, as “**Matas e matos de protecção e recuperação**” surgem principalmente nos “Espaços de especial valor patrimonial”, nos de “Protecção às albufeiras” e nos “Espaços agrícolas e florestais indiferenciados”.

Em resumo, devem considerar-se nestes espaços:

- **Principais funções:** conservação do solo e da água, da fauna e flora; produção de cortiça e de lenhas; alimentação animal (sobretudo e espécies cinegéticas); produção de mel.
- **Principais usos e actividades:** silvopastorícia muito extensiva, caça, colheita de produtos naturais (cogumelos, plantas aromáticas, condimentares e medicinais), educação ambiental, recreio e turismo ecológico (nomeadamente passeio, caça fotográfica e percursos de orientação). Refira-se a situação particular correspondente às zonas de “Protecção à avifauna” e “Parada nupcial das abetardas”, para as quais se aponta um revestimento vegetal permanente com dominância de herbáceas (**D1**).
- **Gestão e cuidados especiais:** atenção à prevenção e combate a incêndios. Haverá aqui lugar à aplicação de normas de actuação que constam em várias programas de incentivos e ajudas à agricultura, nomeadamente as relativas às acções “Apoio à silvicultura” e “Restabelecimento do potencial de produção silvícola” do Programa AGRO, acções de “Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas (prevenção de riscos, valorização e conservação de espaços florestais de interesse público)” do AGRIS e, no âmbito do RURIS, medidas Agro-Ambientais (“Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas – preservação de bosquetes ou maciços arbustivo / arbóreos com interesse ecológico / paisagístico”, Protecção da diversidade genética – manutenção de raças autóctones”) e “Florestação de terras agrícolas”, incluindo genericamente as “Boas práticas agrícolas” ou “Boas práticas florestais”.

## E – SISTEMAS FLORESTAIS, SILVOPASTORIS E PRATENSES EXTENSIVOS

Abrangem cerca de 18 500 ha, correspondendo às manchas de solo com muito baixa a baixa fertilidade (Classe de Qualidade II a que se retiraram cerca de 11 700 ha de montados incluídos no ponto B anterior e 65 ha de vinha que se remetem para F1), sem problemas graves de erosão (embora com riscos acentuados a muito acentuados), com muito baixa capacidade de retenção de água. Quando cultivados, estes solos requerem uma tecnologia muito cuidadosa e as práticas de conservação são em geral difíceis de aplicar e de manter, principalmente em zonas com declives mais acentuados. Deverão ser destinados a sistemas extensivos que assegurem uma vegetação com carácter permanente, ou seja, sistemas florestais ou silvopastoris (montados) e pastagens permanentes (ou, ainda a vinha, exigindo neste caso cuidados muito especiais).

Tal como no ponto D anterior, estas situações são na actualidade ocupadas principalmente por sistemas agrícolas de sequeiro (com ou sem azinheiras e sobreiros dispersos – cerca de 15 000 ha), seguindo-se-lhes os sistemas florestais e policultura (com cerca de 1 100 ha cada) e os matos (600 ha); quanto ao relevo, estas situações correspondem essencialmente a cabeços e a encostas com declives suaves a moderados (até 15%). No que diz respeito à REN, estão aqui muito bem representadas as “Áreas de máxima infiltração”, as “Cabeceiras das linhas de água” e as “Áreas com riscos de erosão”. Em termos da Planta de Ordenamento, os “**Sistemas florestais, silvopastoris e pratenses extensivos**” surgem principalmente nos Espaços de “Especial valor patrimonial”, nos “Agrícolas e florestais indiferenciados” e, já com muito menor expressão, nos de “Protecção à Avifauna”, “Protecção ao Aquífero” e “Protecção às Albufeiras”.

Em resumo, devem considerar-se nestes espaços:

- **Principais funções:** ainda importante a componente relativa à conservação do solo e da água, a par com funções produtivas já significativas.
- **Principais usos:** produção florestal e pecuária extensivas; caça, colheita de produtos naturais (cogumelos, plantas aromáticas, condimentares e medicinais), educação ambiental, recreio e turismo ecológico (passeio, caça fotográfica, percursos de orientação, etc.). Como situações particulares, há que referir as pastagens extensivas nos espaços de “Protecção à Avifauna” e de “Parada nupcial das abetardas” (**E1**);
- **Gestão e cuidados especiais:** há que ter em atenção as ocorrências da REN e a prevenção de incêndios. Nestas situações justifica-se a aplicação de normas de actuação que constam em vários programas de incentivos e ajudas à agricultura, nomeadamente:
  - AGRO: acções “Apoio à silvicultura”, “Restabelecimento do potencial de produção silvícola” e “Redução do risco e dos impactes ambientais na aplicação dos produtos fitofarmacêuticos”;
  - AGRIS: acções de “Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas

(prevenção de riscos, valorização e conservação de espaços florestais de interesse público)”;

- RURIS:

- Medidas Agro-Ambientais, incluindo no geral as “boas Práticas Agrícolas” e, no particular - “Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água” (“Protecção integrada”, “Produção integrada”, “Agricultura Biológica”, “Melhoramento do solo e luta contra a erosão” “Sistemas forrageiros extensivos”, “Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos” e “Sistemas arvenses de sequeiro”), “Preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas – Apoio à apicultura”, “Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas – preservação de bosquetes ou maciços arbustivo / arbóreos com interesse ecológico / paisagístico” e “Protecção da diversidade genética –manutenção de raças autóctones”.
- Florestação de terras agrícolas, incluindo genericamente as “Boas práticas florestais”.

#### F – SISTEMAS ARVENSES E PRATENSES POUCO INTENSIVOS; VINHA E OLIVAIS; SISTEMAS SILVOPASTORIS OU FLORESTAIS MODERADAMENTE INTENSIVOS

Corresponde a manchas de solos da Classe de Qualidade III, com baixa a mediana fertilidade, sem problemas graves de erosão, mas exigindo a aplicação de práticas intensivas de conservação para um cultivo seguro e permanente, nomeadamente em zonas com declives acentuados. Representam uma área concelhia de cerca de 20 000 ha, depois de retiradas as superfícies incluídas nos anteriores pontos A e B e C (cerca de 1 340 ha de policultura em zonas de pequena e média propriedade, de 7 620 ha de montados e de 900 ha incluídos nos perímetros de rega, respectivamente). Apresentam potencialidades para sistemas arvenses cerealíferos (pelo menos justificáveis para a preservação dos habitats das aves estepárias), para sistemas hortícolas, frutícolas e pratenses pouco intensivos, tal como para vinha e, também, para montados ou sistemas florestais moderadamente intensivos. Saliente-se ainda a boa aptidão para a olivicultura quando se trata de solos Mediterrâneos de materiais calcários.

Grande parte destas zonas estão actualmente ocupadas por sistemas de sequeiro (com ou sem azinheiras e sobreiros dispersos, perfazendo cerca de 18 300 ha). Quanto à REN, estão aqui bem representadas as “Áreas de máxima infiltração”, as “Cabeceiras das linhas de água” e, ainda com alguma expressão, as “Áreas com riscos de erosão”. Em termos da Planta de Ordenamento, estes **“Sistemas arvenses e pratenses pouco intensivos; vinha e olivais; sistemas silvopastoris ou florestais moderadamente intensivos”** ocorrem principalmente nos Espaços “Agrícolas e florestais

indiferenciados”, nos de “Protecção às Albufeiras”, de “Protecção ao Aquífero” e de “Especial valor patrimonial”, surgindo já com muito menor expressão nos espaços de “Protecção à Avifauna”. Estas situações concentram-se nas zonas de relevo aplanado a moderado (declives inferiores a 15%), sendo ainda significativa a sua ocorrência em zonas de cabeço.

Em resumo, devem considerar-se nestes espaços:

- **Principais funções:** ainda importante a componente relativa à conservação do solo e da água, a par com funções produtivas já bem significativas.
- **Principais usos:** produção florestal e pecuária pouco intensivas; caça. Como situações particulares, há que referir sistemas arvenses e pratenses pouco intensivos nos espaços de “Protecção à Avifauna” e de “Parada nupcial das abetardas” (**F1**); os sistemas florestais pouco intensivos coincidentes com os actuais sistemas florestais (**F2**); os sistemas florestais ou silvopastoris pouco intensivos nas encostas com riscos de erosão elevados a muito elevados (**F3**); as áreas de vinha existente<sup>9</sup> (**F4**);
- **Gestão e cuidados especiais:** em relação com ocorrências da REN; tal como no ponto E anterior, haverá aqui lugar à aplicação de muitas normas de actuação que constam em várias programas de incentivos e ajudas à agricultura, nomeadamente:
  - AGRO: acções “Apoio à silvicultura”, “Restabelecimento do potencial de produção silvícola” e “Redução do risco e dos impactes ambientais na aplicação dos produtos fitofarmacêuticos”;
  - AGRIS: acções de “Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas (prevenção de riscos, valorização e conservação de espaços florestais de interesse público)”;
  - RURIS:
    - Medidas Agro-Ambientais, incluindo no geral as “boas Práticas Agrícolas” e, no particular - “Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água” (“Protecção integrada”, “Produção integrada”, “Agricultura Biológica”, “Melhoramento do solo e luta contra a erosão” “Sistemas forrageiros extensivos”, “Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos” e “Sistemas arvenses de sequeiro”), “Preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas – Apoio à apicultura”, “Conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural – Olival tradicional”,

<sup>9</sup> Vinha existente, a manter e valorizar em qualquer que seja a classe de qualidade do solo, uma vez que se trata de um sistema com inegável interesse económico, que envolveu significativos investimentos na sua instalação e em que é possível aplicar práticas de conservação intensivas.

“Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas – preservação de bosquetes ou maciços arbustivo / arbóreos com interesse ecológico / paisagístico” e “Protecção da diversidade genética –manutenção de raças autóctones”.

- Florestação de terras agrícolas, incluindo genericamente as “Boas práticas florestais”.

## G – SISTEMAS FLORESTAIS OU PASTAGENS EM SITUAÇÕES HÚMIDAS

Correspondem a cerca de 5 500 ha de solos das Classes de Qualidade IIIh e IVh, de que se retiraram as áreas abrangidas pelas alíneas A, B e C atrás referidas (cerca de 360 ha de policultura em zonas de pequena e média propriedade, 730 ha de montados e 450 ha de perímetros de rega, respectivamente), no geral com problemas de excesso de água numa parte significativa do ano, com baixa a mediana fertilidade (solos Mediterrâneos para-hidromórficos ou com fases mal drenadas) e de mediana a boa fertilidade (solos Hidromórficos). Tais manchas concentram-se nas zonas de relevo aplanado e, mais especificamente, nas zonas de vale secundário.

Grande parte destas zonas estão actualmente ocupadas por sistemas de sequeiro (com ou sem azinheiras e sobreiros dispersos, perfazendo cerca de 4 800 ha), sendo ainda significativos os sistemas agrícolas de regadio (aproximadamente 500 ha). Quanto à REN, estão aqui bem representadas as “Zonas ameaçadas pelas cheias” e as “Áreas de máxima infiltração”. Em termos da Planta de Ordenamento, estes “**Sistemas florestais ou pastagens em situações húmidas**” ocorrem principalmente nos Espaços de “Protecção às Albufeiras”, nos “Agrícolas e florestais indiferenciados” e nos de “Especial valor patrimonial”.

Os sistemas florestais e as pastagens poderão tirar partido destas situações através de uma selecção de espécies e de variedades bem adaptadas ao excesso de água, contribuindo para aumentar o teor de matéria orgânica destes solos, o que permitirá melhorar a sua permeabilidade e eliminar o perigo da sua compactação.

Em síntese, devem considerar-se nestes espaços:

- **Principais funções:** domínio das produtivas que, no entanto, devem assumir aqui uma importante expressão de diversificação da paisagem (sistemas húmidos com espécies bem adaptadas).
- **Principais usos:** produção florestal e pecuária. Como situações particulares, há que referir as reduzidas áreas exclusivas de pastagens nos espaços de “Protecção à Avifauna” e de “Parada nupcial das abetardas” (**G1**, com cerca de 450 ha);
- **Gestão e cuidados especiais:** em relação com ocorrências da REN (zonas ameaçadas pelas cheias e áreas de máxima infiltração); tal como nos pontos anteriores, haverá aqui lugar

à aplicação de muitas normas de actuação que constam em vários programas de incentivos e ajudas à agricultura, nomeadamente:

- AGRO: acções “Apoio à silvicultura”, “Restabelecimento do potencial de produção silvícola” e “Redução do risco e dos impactes ambientais na aplicação dos produtos fitofarmacêuticos”;
- AGRIS: acções de “Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas (prevenção de riscos, valorização e conservação de espaços florestais de interesse público)”;
- RURIS:
  - Medidas Agro-Ambientais, incluindo no geral as “boas Práticas Agrícolas” e, no particular - “Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água” (“Protecção integrada”, “Produção integrada”, “Agricultura Biológica”, “Melhoramento do solo e luta contra a erosão” “Sistemas forrageiros extensivos”, “Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos” e “Sistemas arvenses de sequeiro”), “Preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas – Apoio à apicultura”, “Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas – preservação de bosquetes ou maciços arbustivo / arbóreos com interesse ecológico / paisagístico” e “Protecção da diversidade genética –manutenção de raças autóctones”.
  - Florestação de terras agrícolas, incluindo genericamente as “Boas práticas florestais”.

#### H – SISTEMAS ARVENSES INTENSIVOS; SISTEMAS FRUTÍCOLAS OU PRATENSES; OU SISTEMAS FLORESTAIS INTENSIVOS

Corresponde a aproximadamente 15 000 ha de solos da Classe de Qualidade IV, depois de retiradas as superfícies incluídas nos anteriores pontos A, B e C (cerca de 1 100 ha de policultura em zonas de pequena e média propriedade, 3 200 ha de montados e de 3 650 ha de perímetros de rega, respectivamente). Trata-se de solos sem problemas especiais de erosão (ocorrem quase exclusivamente em zonas de relevo suave), com fertilidade mediana a boa, adequados a uma agricultura moderadamente intensiva ou mesmo intensiva, desde que acompanhada de práticas agrícolas apropriadas.

Grande parte destas superfícies estão actualmente ocupadas por sistemas de sequeiro (com ou sem azinheiras e sobreiros dispersos, perfazendo cerca de 13 500 ha). Quanto à REN, estão aqui bem

representadas as “Áreas de máxima infiltração” e as “Cabeceiras das linhas de água”. Em termos da Planta de Ordenamento, estes “**Sistemas arvenses intensivos; sistemas frutícolas ou pratenses; ou sistemas florestais intensivos**” ocorrem principalmente nos Espaços de “Protecção às Albufeiras”, nos “Agrícolas e florestais indiferenciados” e nos de “Protecção ao aquífero”.

A potencialidade genérica destas situações (que integram a Reserva Agrícola Nacional) para sistemas arvenses intensivos e para sistemas frutícolas ou pratenses não contradiz a aptidão para sistemas silvopastoris e florestais relativamente intensivos, sobretudo nas situações correspondentes às cabeceiras das linhas de água. Os solos calcários ou associados a materiais calcários (cobrindo áreas limitadas no concelho) são particularmente aptos para a olivicultura e para muitas proteaginosas.

Em síntese, devem considerar-se nestes espaços:

- **Principais funções:** domínio das funções produtivas, apesar de não serem de desprezar as superfícies em que a estas se sobrepõem funções de conservação da água (albufeiras e aquíferos) e de protecção da avifauna.
- **Principais usos:** produção agrícola e pecuária. Como situações particulares, há que referir as reduzidas áreas de adequados sistemas arvenses ou de pastagens nos espaços de “Protecção à Avifauna” e de “Parada nupcial das abetardas” (**H1**, cerca de 870 ha);
- **Gestão e cuidados especiais:** relacionadas com as ocorrências da REN (principalmente áreas de máxima infiltração e cabeceiras das linhas de água), com a conservação da avifauna e da qualidade da água (protecção às albufeiras e aquífero); haverá aqui lugar à aplicação de diversas normas de actuação que constam em várias programas de incentivos e ajudas à agricultura, nomeadamente:
  - AGRO: acções “Apoio à silvicultura”, “Restabelecimento do potencial de produção silvícola” e “Redução do risco e dos impactes ambientais na aplicação dos produtos fitofarmacêuticos”;
  - AGRIS: acções de “Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas (prevenção de riscos, valorização e conservação de espaços florestais de interesse público)”;
  - RURIS:
    - Medidas Agro-Ambientais, incluindo no geral as “boas Práticas Agrícolas” e, no particular - “Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água” (“Protecção integrada”, “Produção integrada”, “Agricultura Biológica”, “Melhoramento do solo e luta contra a erosão” “Sistemas forrageiros extensivos”, “Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos” e “Sistemas arvenses de sequeiro”),



“Preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas – Apoio à apicultura”, “Conservação e melhoria de espaços cultivados de grande valor natural – Olival tradicional”, “Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas – preservação de bosquetes ou maciços arbustivo / arbóreos com interesse ecológico / paisagístico” e “Protecção da diversidade genética –manutenção de raças autóctones”.

- Florestação de terras agrícolas, incluindo genericamente as “Boas práticas florestais”.

## I – SISTEMAS INTENSIVOS, NOMEADAMENTE ARVENSES DE SEQUEIRO E DE REGADIO, HORTÍCOLAS OU FRUTÍCOLAS

Correspondem a um total de cerca de 8 500 ha de solos da Classe de Qualidade V depois de retirados os relativos às anteriores alíneas A, B e C (cerca de 700 ha de policultura em zonas de pequena e média propriedade, 1 540 ha de montados e 1 400 ha incluídos em perímetros de rega, respectivamente). Trata-se de solos com elevada fertilidade, possibilidades de utilização intensiva e muito variada (condicionada pela estrutura, pela drenagem e pela disponibilidade de água para rega), que fazem parte da Reserva Agrícola Nacional.

Grande parte destas superfícies estão actualmente ocupadas por sistemas de sequeiro (com ou sem azinheiras e sobreiros dispersos, perfazendo cerca de 8 000 ha). Quanto à REN, estão aqui especialmente bem representadas as “Zonas ameaçadas pelas cheias” (ocupam uma grande parte das zonas de vale do concelho) e, ainda com alguma expressão, as “Áreas de máxima infiltração”. Em termos da Planta de Ordenamento, estes **“Sistemas intensivos, nomeadamente arvenSES de sequeiro e de regadio, hortícolas ou frutícolas”** ocorrem principalmente nos Espaços “Agrícolas e florestais indiferenciados” e, embora com menor significado, também nos de “Protecção às Albufeiras”, de “Protecção ao aquífero”, de “Protecção à avifauna” e de “Especial valor patrimonial”.

Em síntese, devem considerar-se nestes espaços:

- **Principais funções:** forte domínio das funções produtivas, apesar de não serem de desprezar as superfícies em que a estas se somam funções de conservação da água (albufeiras e aquíferos), da avifauna e de valores patrimoniais.
- **Principais usos:** produção agrícola e pecuária. Como situações particulares, há que referir as reduzidas áreas exclusivas de pastagens nos espaços de “Protecção à Avifauna” e de “Parada nupcial das abetardas” (I1, com cerca de 1 200 ha);
- **Gestão e cuidados especiais:** relacionadas com ocorrências da REN (principalmente zonas

ameaçadas pelas cheias e áreas de máxima infiltração), com a conservação da qualidade da água (protecção às albufeiras e ao aquífero), protecção da avifauna e de outros valores patrimoniais. Deverão aplicar-se aqui diversas normas de actuação que constam em várias programas de incentivos e ajudas à agricultura, nomeadamente:

- AGRO: acção “Redução do risco e dos impactes ambientais na aplicação dos produtos fitofarmacêuticos”;
- RURIS: Medidas Agro-Ambientais, incluindo no geral as “boas Práticas Agrícolas” e, no particular - “Protecção e melhoria do ambiente, dos solos e da água” (“Protecção integrada”, “Produção integrada”, “Agricultura Biológica”, “Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos” e “Sistemas arvenses de sequeiro”), “Preservação da paisagem e das características tradicionais das terras agrícolas – Apoio à apicultura”, “Conservação de manchas residuais de ecossistemas naturais em paisagens predominantemente agrícolas – preservação de bosquetes ou maciços arbustivo / arbóreos com interesse ecológico / paisagístico” e “Protecção da diversidade genética – manutenção de raças autóctones”.